



Jornalista de A Gazeta desde 2008 e colunista de Política desde 2015. Publica aqui, diariamente, informações e análises sobre os bastidores do poder no Espírito Santo

## Aperto financeiro

# Câmara de Vitória corre o risco de não pagar direitos de servidores

Presidente da Casa, Cleber Felix, pediu socorro de R\$ 2 milhões a Luciano Rezende para honrar compromissos (quase R\$ 500 mil em contribuições previdenciárias). Se ajuda não vier, pode faltar dinheiro para pagar a folha

## Vitor Vogas

[vvogas@redegazeta.com.br](mailto:vvogas@redegazeta.com.br)

Publicado em 20/11/2019 às 20h33





Cleber Felix está nas mãos do prefeito Luciano Rezende, que ainda não decidiu se lhe estenderá a mão. Crédito: Amarildo

**Errata:** Na primeira versão desta coluna, publicada às 20h33 desta quarta-feira (20), publicamos, com erro, que a lei municipal nº 9.516/2019, aprovada em maio deste ano, não dispôs especificamente sobre os servidores da Câmara de Vitória. A lei em questão estabeleceu reajuste de 4%, a partir de 1º de maio deste ano, para os servidores do Executivo municipal. Mas, na realidade, no parágrafo único do artigo 1º, estendeu o reajuste aos servidores do Legislativo.

A **Câmara de Vitória** está passando um grande aperto financeiro. Com dificuldades para fechar as contas no encerramento do ano, o presidente da Casa, **Cleber Felix** (PP), **pediu socorro à Prefeitura de Vitória, com um requerimento de suplementação de R\$ 2 milhões ao orçamento da Câmara.** Em português claro: mais dinheiro para conseguir pagar as contas. E as “contas”, no caso, incluem a folha de pagamento dos servidores. Se a ajuda da prefeitura não vier, a Câmara corre o risco de não conseguir pagar integralmente salários e direitos trabalhistas devidos aos próprios funcionários, como indica o pedido de ajuda assinado pelo próprio presidente.

A coluna teve acesso ao ofício enviado por Clebinho, como é mais conhecido, à Prefeitura de Vitória, no dia 25 de outubro. Em anexo à justificativa, há uma planilha com a discriminação das despesas que deverão ser salgadas com os R\$ 2 milhões da prefeitura (se a grana

das despesas que deveriam ser salgadas com os R\$ 2 milhões da prefeitura (se a grana chegar).

Os dados acessados pela coluna revelam que, desse total de R\$ 2 milhões a mais solicitados pelo presidente da Câmara, quase R\$ 1,4 milhão correspondem a gastos com pessoal, sendo R\$ 180 mil referentes a vencimentos e salários, R\$ 461,3 mil em contribuições previdenciárias (INSS) e R\$ 600 mil em indenizações e restituições. Em outras palavras, ou a Câmara recebe essa injeção extra de recursos no apagar das luzes de 2019, ou pode não conseguir pagar essas obrigações trabalhistas aos próprios servidores.

Outros gastos chamam a atenção na tabela. Ainda na rubrica “pessoal”, há R\$ 50 mil para “subsídios de agentes políticos”, isto é, salários dos próprios vereadores, como podemos deduzir.

Os outros R\$ 631,9 mil ficam por conta de gastos de custeio. Aí entra um pouco de tudo: equipamentos de processamento de dados, material elétrico e eletrônico, material para manutenção de bens imóveis/instalações, outros materiais de consumo e até aparelhos e utensílios domésticos (R\$ 5,9 mil) e ferramentas (R\$ 2,5 mil). Destacam-se, ainda, R\$ 100 mil para “estudos e projetos” e R\$ 300,9 mil para “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” – provavelmente, o pagamento a alguma empresa por algum serviço prestado à Câmara.

O orçamento da Câmara de Vitória para este ano, aprovado pelos próprios vereadores em dezembro do ano passado, é de R\$ 27,7 milhões. Os R\$ 2 milhões a mais solicitados representam um acréscimo de 7,6% sobre o valor do orçamento do Legislativo. Até o momento, a prefeitura só atendeu a uma pequena parte do total solicitado por Clebinho: foram repassados R\$ 230.922,00 a mais.

## Veja Também

---

Presidente da Câmara de Vitória pede mais R\$ 2 milhões a Luciano

### TROCA NA DIREÇÃO CONTÁBIL

No ofício ao qual tivemos acesso, endereçado diretamente ao prefeito Luciano Rezende (Cidadania), Clebinho também expõe suas justificativas, assinadas pela nova diretora financeira e contábil da Câmara, Cristina Victor da Silva. A propósito, a troca nesse departamento talvez explique a demora absurda para a gestão de Clebinho se dar conta da gravidade da situação orçamentária da Casa e decidir fazer algo a respeito.

No dia 8 de outubro deste ano, o Diário do Poder Legislativo trouxe o ato de exoneração da até então diretora financeira e contábil da Câmara na gestão de Clebinho, Poliana de Lazari – que havia sido indicada pelo vereador Sandro Parrini (PDT), aliado do presidente. No mesmo ato, Clebinho nomeou para o cargo Crithina Victor da Silva. Dezesete dias após a nomeação, tão logo a nova diretora tomou pé da situação financeira da Câmara, Clebinho enviou o pedido de crédito adicional a Luciano, com as justificativas assinadas por ela.

## Veja Também

---

Vereadores aprovam aumento de salário de professores em Vitória

### AS JUSTIFICATIVAS

Tecnicamente, o que o presidente da Câmara está pedindo ao prefeito é que ele encaminhe à Casa um projeto de lei para suplementar as dotações orçamentárias do Poder Legislativo. “Esclarecemos que tal medida é necessária para a manutenção e correto funcionamento da Câmara Municipal, consoante às razões formuladas pelos técnicos da Casa, as quais acompanham este ofício.”

Passando a essas razões, inicialmente, a diretora de Clebinho alega que o valor orçado para a Câmara em 2019 não foi suficiente para cobrir os gastos do Poder Legislativo ao longo do ano:

“Esclarecemos que tal medida é necessária, para suplementar as dotações orçamentárias que foram insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2019. [...] O orçamento do exercício de 2019 foi elaborado de forma bastante enxuta, com pouca margem para readequação ou expansão das próprias despesas contratadas ordinariamente pela

Câmara Municipal de Vitória e, mesmo efetuando um controle mensal rigoroso e austero na execução do orçamento, desde o início do exercício, não foi possível coibir o surgimento de eventuais despesas que apareceram no decorrer da execução financeira”.

Sobre essas “despesas que apareceram no decorrer do ano”, são destacados dois pontos. O primeiro é “a concessão do reajuste de 4% aos vencimentos e subsídios pagos por esta Câmara Municipal por força da lei municipal nº 9.516/2019, a partir de maio de 2019”. A referência é ao projeto de lei enviado em 8 de maio pelo prefeito e aprovado dias depois pelos vereadores.

### “HERANÇA MALDITA”

A segunda despesa inesperada citada no documento é “o pagamento das progressões/indenizações dos servidores efetivos e comissionados, cujos processos se encontravam parados, bem como os seus reflexos nas contribuições previdenciárias respectivas, dessa maneira impactando nas despesas com 13º salário, verbas de representação, abono constitucional de férias, gratificações por tempo de serviço e contribuições patronais”.

Aqui, Clebinho está, indiretamente, culpando o seu antecessor na presidência, **Vinícius Simões** (Cidadania), pela situação a que a Câmara chegou. Quando diz que os processos para o pagamento das progressões e indenizações a servidores “se encontravam parados”, está alegando, na verdade, que teria herdado despesas que Simões deveria ter honrado. Uma espécie de herança maldita.

## Veja Também

---

"Cultura Religiosa" fica fora da Lei Rubem Braga, decide Câmara de Vitória

## CONTRATOS

Por fim, o parecer da diretora financeira e contábil traz praticamente uma confissão de que, ao longo deste primeiro ano de Clebinho na presidência, a Câmara gastou mais do que poderia com reajustes contratuais e celebração de novos contratos, precisando remanejar recursos inicialmente previstos para outras áreas para cobrir os gastos gerados por contratos. Ou seja, para tampar um buraco, a Câmara deixou outros a descoberto:

“Nota-se ainda, com relação aos contratos em vigor, que os reajustes concedidos e as contratações realizadas superaram as estimativas do orçamento elaborado, o que também gerou a necessidade de realocação dos valores nas dotações orçamentárias autorizadas de outros elementos de despesas e/ou ações a fim de garantir a cobertura orçamentária para execução destes”.